

Dois votos

O prefeito Roberto Magalhães reagiu com pouca retórica e muita violência ao primeiro ano de implantação do Fundo de Valorização do Magistério, emenda constitucional que, como bom e fiel seguidor da liderança do PFL, aprovou em duas votações no Congresso quando ainda era deputado.

O maior mérito do fundo é justamente instituir um sistema mais justo de distribuição dos recursos da educação, favorecendo as esferas administrativas que mais têm alunos em sua rede escolar. Ou seja, mais dinheiro para quem tem mais alunos.

Alguns estados, como o Rio, perderam verbas para as prefeituras, algumas prefeituras, como a de São Paulo, ganharam, outros terminaram empatados, independentemente do partido a que está filiado o governante da ocasião.

Em nenhum lugar, porém, a emenda constitucional foi tão confrontada neste seu início de execução quanto em Recife. O prefeito, apesar dos dois votos a favor do fundo dados quando estava na Câmara, e de ser aliado do relator da emenda, o deputado José Jorge, até anteontem presidente em exercício do seu partido, fez uma manifestação tão atrasada no tempo quanto cruel.

Em fevereiro, quando os governos se empenharam em aumentar o número de crianças na escola por intermédio da Semana Nacional de Matrículas, uma espécie de repescagem que rendeu 360 mil novas matrículas de primeiro grau no país, Magalhães determinou – por decreto mesmo – o fim das inscrições e proibiu a instalação de postos de matrícula pela cidade. Um protesto que só não prejudicou Recife porque a secretária estadual de Educação, Silke Weber, garantiu a mobilização.

Roberto Magalhães tem afirmado que perderá entre R\$ 12 milhões e R\$ 16 milhões por ano com a criação do fundo, mas nos cálculos do governo essa perda é de aproximadamente R\$ 8 milhões. Em Recife ocorre um fenômeno que se repete em outras capitais do Nordeste: como os governadores investiram muito nas capitais, a maior rede nessas cidades é de escolas do estado que, portanto, vão receber mais verbas. Mas, ao mesmo tempo em que as prefeituras dessas capitais perdem verbas da educação para o estado, este perde, no estado, para o conjunto das prefeituras.

Se vai ganhar R\$ 8 milhões da prefeitura de Recife, o governador vai perder cerca de R\$ 40 milhões em benefício de outras prefeituras. O ensino de primeiro grau não perde nada, mas é evidente que muda a assinatura do benfeitor. É o que mais incomoda em ano eleitoral.